

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE DE GESTÃO DOS REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL

No dia 11 de abril de 2023, às 09 horas e 05 minutos, iniciou-se, por videoconferência, a **67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)**, com abertura pelo coordenador da CT-GRSA e representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Sr. Thales Del Puppo Altoé, que deu prosseguimento a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu na modalidade virtual e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. **Dos participantes registro:** Ana Kelly Simões Rocha (IEMA), Ana Laura de Castro Aragão (SEPLAG/MG), Anderson Almeida Pacheco (Fundação Renova), Bruna Boroni de Paiva (SEPLAG/MG - Comitê Gestor Pro Rio Doce), Bruna Domingos Xavier (Flacso), Bruno Nogueira Rego (Fundação Renova), Camila Araújo Camargo (FEAM/MG), Emilia Brito (IEMA/ES), Fábio Zacarias Pereira (Fundação Renova), Fernando Alves Guimarães (Fundação Renova), Gabriel Correia Kruschewsky (Fundação Renova), Gilberto Fialho Moreira (FEAM/MG), Gustavo Augusto De Almeida Castro (Samarco), Hana Dalila Fernandes (Fundação Renova), Heitor Moreira (IGAM), Helen Roberta de Oliveira Araújo (FEAM/MG), Jamily Gusso Conte (Fundação Renova), Jessica Luiza Nogueira Zon (IEMA/ES), Jorge Augusto Santos Fernandes (Fundação Renova), Julia Novaes Costa Lima (Fundação Renova), Juliana Silva Bitencourt (Fundação Renova), Letícia Saporì Duarte (Samarco), Luis Gabriel Menten Mendoza (FEAM/MG), Marcelo Micherife (Fundação Renova), Marcelo Mol Pereira (Samarco), Maria Luciene da Silva (Fundação Renova), Mariel Aranda Fernandes Vieira (Fundação Renova), Marília Pelegrine das Chagas Viana (Prefeitura de Resplendor), Marina Ocacina da Mata Sacramento (SEPLAG/MG), Melina Marsaro Alencar (Fundação Renova), Patrícia Rocha Maciel Fernandes (FEAM), Rodrigo Soares da Silva (Fundação Renova), Sérgio Ferreira Lima Filho (Fundação Renova), Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barbosa (Fundação Renova), Thaís Cristina de Araújo Lopes Vilas Boas (SEPLAG/MG- Comitê Gestor Pro Rio Doce), Thais Cristina Pereira Da Silva (Fundação Renova), Thales Del Puppo Altoé (CT GRSA/IEMA/ES), Thiago Lorangeira de Oliveira (Fundação Renova), Tuane Cafiero Garcia (E&Y), Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro (Samarco), Vinícius Nascimento Oliveira (Fundação Renova), Welber Stopa (Coordenador Defesa Civil de Mariana/MG).

Informes Gerais	
Pauta	Discussão
a. Aprovação da Ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-GRSA:	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, informou que o arquivo da ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-GRSA se corrompeu e nova ata está em preparação.
b. CT-GRSA (ACP e outros)	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, relatou que os pedidos de informação da IAJ, sob sigilo, foram respondidos, conforme documentos. Houveram algumas decisões com relação à avaliação de risco e solicitação de plano de trabalho pelo juiz. Gilberto Fialho, representante da FEAM, informou sobre a decisão emitida sobre avaliação de risco. Acrescentou que o Juiz deu parecer favorável e definiu prazo de 60 dias para execução do hidrosedimentológico. Emilia Brito, representante do IEMA, perguntou se houve a entrega pela Fundação Renova e Melina Alencar, representante da Fundação Renova, informou que o prazo vence em 03 de maio.
c. Outros informes:	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, informou que foi solicitado que as pautas 6 e 7, referentes ao PG34, pudessem ser tratadas na sequência, o que foi aceito.

6. Apresentação da proposta de Taxonomia do PG34 - Preparação para as Emergências Ambientais (Ofício FR.2023.0044)	
Pauta	Discussão
Apresentação pela Fundação Renova	O sr. Sérgio Ferreira Lima, representante da Fundação Renova, fez apresentação complementar à apresentação feita na 66ª RO. Mencionou a Cláusula nº 195 do TTAC, a qual prevê que cada Programa ou Projeto poderá ser individualmente encerrado, quando atingidas as metas e objetivos globais nele

previstos. Citou a Deliberação CIF nº 556 e o Ofício nº 74/2021/CIF/GABIN. Definiu a codificação como estrutura hierárquica que apresenta agrupamento de códigos por item de cláusulas, cujo propósito é esclarecer a relação entre as obrigações do TTAC, o que está previsto no escopo dos programas e o que será executado para atender cada item de cláusula. Acrescentou que o PG34 se desenvolve em cinco projetos. Patrícia Fernandes, representante da FEAM, perguntou se um projeto em que o recurso esteja sendo depositado em conta judicial pode ser considerado judicializado. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, considerou que não se trata de judicialização e sim de um acordo a ser homologado na esfera judicial, pois a judicialização está relacionada aos eixos prioritários. Apresentou a estrutura de codificação do PG 34. Informou o encerramento dos parágrafos 1º e 2º da Cláusula 173: Deliberação CIF nº 609, de 15 de setembro de 2022, e envio das evidências de conclusão do SPJ04, SPJ06 e do PJ02 à CT GRSA em fevereiro de 2023. Tereza Cristina Barbosa, representante da Fundação Renova, informou que a primeira revisão do Programa 34 foi feita em dezembro de 2017 e a segunda quando o programa foi aprovado. Emília Brito, representante do IEMA, relatou a contagem do número de revisões deve ser feito conforme o número de revisões aprovadas pelo CIF por deliberação, e não pelo número de revisões internas feitas pela Fundação Renova. Patrícia Fernandes, representante da FEAM, considerou necessário avaliar a inclusão dos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce no PG 34 e explicitar na taxonomia a tarefa. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, considerou que essas obrigações estão dentro do diagnóstico, que apontou a necessidade de incluir esses dois municípios, que já estão contemplados nas atividades 1 e 2, e a Fundação Renova estudará a melhor forma de inclusão. Foi feito o detalhamento do status das atividades autônomas, projetos e subprojetos. Patrícia Fernandes, representante da FEAM, sugeriu colocar o título de cada projeto e atividade. Sérgio Lima (Fundação Renova) apresentou os indicadores de cada projeto. Patrícia Fernandes (FEAM) sugeriu a padronização do formato e da linguagem utilizadas na planilha, o que foi aceito pela Fundação Renova. Patrícia Fernandes (FEAM) sugeriu, também, a criação de dois subprojetos para o PJ03 – criação de NUPDECS e capacitação das comunidades e no PJ04 – criação e capacitação do Comitê Escolar. Tereza Cristina representante da Fundação Renova, considerou que a criação dos Núcleos e Comitês já implicam na capacitação da comunidade, pois, a rotatividade dos participantes é constante. O sr. Welber Stopa, representante da Defesa Civil de Mariana, considerou importante explicitar as etapas de cada projeto. Foi acordado manter dois subprojetos no Projeto Escola Segura – um vinculado ao Comitê Escolar e outro vinculado aos bombeiros e para o NUPDEC será feita uma proposta de subprojetos a ser avaliada. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, apresentou o PJ05 e seus subprojetos: Foi sugerido acrescentar o subprojeto aquisição de novos equipamentos, já realizado. No SPJ 08 indicar a companhia da PM que recebeu a digitalização da rede de rádio para a segurança pública – CIA de Ponte Nova. Será incluído na taxonomia o Projeto Base Integrada de Segurança Pública, aprovado como projeto do PG34 pelo CIF. As sugestões serão absorvidas e a proposta alterada será enviada à CT GRSA. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, informou que apesar da deliberação do CIF, que inclui o projeto da Base Integrada no PG 34, a Fundação Renova tem associado as iniciativas deste programa dentro do Programa 43. Patrícia Fernandes, representante da FEAM, sugeriu levar a questão ao CIF, com o que Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, concordou. Thaís Cristina Araújo, representante da SEPLAG/MG - Comitê Gestor Pro Rio Doce, avaliou que o Projeto da Base Integrada deve ser mantido no PG 34 até que haja nova aprovação pelo CIF em Deliberação. Acrescentou que deve, também, haver o *report* na CT. Informou que o Estado e Fundação Renova estão estudando minuta de acordo sobre o Projeto Base Integrada, sem aprovações de perícia. Welber Stopa, coordenador da Defesa Civil, considerou que o recurso do Projeto Base Integrada de Segurança está saindo do PG34, então os municípios deveriam participar das definições sobre o projeto. Thaís Vilas Boas, representante da SEPLAG/MG – Comitê Gestor Pro Rio Doce, considerou que o recurso da Base Integrada não sai do PG 34. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, reforçou que o recurso destinado à Base Integrada sai da verba compensatória e não retira do valor global do PG 34. Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, mencionou que a agenda integrada é acordo entre os governos de MG e ES e o PG34 era o mais afeto, por isso a Agenda Integrada foi abarcada pelo PG34. Considerou que a Fundação Renova deveria ajustar a taxonomia para integrar o Projeto Base Integrada ou formalizar essa situação no CIF. Welber Stopa (Defesa Civil) relatou que o interesse é a construção da Base Integrada em Mariana. Gilberto Fialho, representante da FEAM, retomou a Deliberação CIF 471 de 07 de dezembro de 2020, que aprovou o projeto de implantação da base integrada de segurança pública no município de Mariana e destinou o valor de dezesseis milhões e quinhentos mil reais para o projeto, conforme recomendações da Nota Técnica nº6/SEJUSP/DPR/2020: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-GRSA/2020/cif-SEJUSP-nt-2020-06.pdf> . Foi considerado que a discussão deste ponto de pauta cobriu também o item nº 1 da pauta: **Apresentação do status da 2ª Agenda Integrada - Base Integrada de Segurança Pública em Mariana (Atendimento do Encaminhamento da Reunião CT-GRSA Gerencial NO 17/2020.**

Encaminhamento E67.01

A Fundação Renova encaminhará ao CIF a proposição de manter o Projeto Base Integrada no Programa 43 e não no PG 34.

2. Follow up do PG34 - Preparação para as Emergências Ambientais (Item 7 da pauta)

Pauta	Discussão
Apresentação:	A Sra. Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barbosa, representante da Fundação Renova, mencionou os cursos ofertados, o censo populacional em andamento, com previsão de entrega em junho de 2023, e os processos de contratação em andamento. Apresentou o status das adequações em cada uma das escolas. Quanto as melhorias estruturais da defesa civil informou que foi homologado o repasse de recursos de Mariana e estão aguardando a homologação do termo de repasse de recurso para Santa Cruz do Escalvado, Barra longa e Rio Doce. Dia 30/03/2023 a Fundação Renova encaminhou nova proposta de termo referente ao repasse de recursos para a Base Integrada de Segurança Pública, que se encontra em análise pelo governo do estado. Não houve questionamentos.

3. Apresentação Operação Watu - Fase XVII;

Pauta	Discussão
Apresentação:	O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da FEAM, informou que a fase XVII foi realizada no período de 05 a 07 de outubro de 2022 e objetivou a vistoria nas áreas de implantação e manutenção de bioengenharias para contenção de processos erosivos em pontos dos trechos 6, 7, 9 e 10 do Plano de Manejo de Rejeitos. A identidade dos pontos seguidas pela Fundação Renova foi, também, seguida pela vistoria. Listou as quatro fases de implantação, realizadas de outubro de 2017 a março de 2021. Foram vistoriados 18 pontos dos quais, 15 foram considerados satisfatórios quanto às contenções e integrados às paisagens. Foram implementados enrocamentos e contenção de taludes, instalação de biorretentores em margens da calha fluvial, manutenção de drenagem de planícies e estabilização de encostas com o plantio de capim. Observou em três pontos a ineficiência dos métodos aplicados, bem como a necessidade de ações de manutenção, especialmente, em períodos que precedam chuvas fortes. Relatou que foi elaborada uma Deliberação com relação a esses pontos, embasada na vistoria. Considerou que o comportamento da bioengenharia aplicada se mostrou instável e com pontos de erosão com enrocamento exposto e solapamento do talude em alguns trechos. Foi constatado pisoteio de animais domésticos causando erodibilidade do solo e impacto negativo no restauro florestal. Foi sugerido pela vistoria que a manutenção das contenções de processos erosivos seja realizada, preferencialmente, entre os meses de abril e setembro, visando mitigar os processos de transporte, lixiviação e carreamento de materiais para a calha. A vistoria evidenciou, ainda, que as intervenções antrópicas potencializam os processos erosivos nestas áreas, evidenciando a necessidade de disseminar o conhecimento para essa população e sugere que a Fundação Renova promova ações de educação ambiental e ou fiscalizações preventivas, buscando melhorar a adesão e participação efetiva dos proprietários no processo de recuperação e reparação da bacia do rio Doce. Sugere-se período mínimo de três anos de monitoramento dos indicadores após o fechamento das manutenções das ações previstas e executadas ao longo do contexto extra calha dos rios impactados. A apresentação e os relatórios da Watu estão disponíveis no link: http://www.feam.br/-recuperacao-ambiental-da-bacia-do-rio-doce/acoes-do-estado Thales Altoé, coordenador da CT-GRSA, considerou que o que está sendo erodido é material ligado ao desastre o que justifica a continuação das ações até que esse material a ser erodido seja equiparável a solo e não mais MLD, por isso discorda com o indicativo de três anos de monitoramento. Foi apresentado o ofício intercâmaras CT-GRSA e CT FLOR - o Ofício FEAM/CT-GRSA nº.6/2023, de 01 de fevereiro de 2023, em resposta à solicitação da Fundação Renova de conclusão da Cláusula 160 do TTAC, no qual as duas Câmaras Técnicas reprovam a solicitação de encerramento da Cláusula 160, e ressaltam que esta conclusão só é possível com o cumprimento das ações da Cláusulas 151, a qual se encontra judicializada em ACP. Foi explicitado que a conclusão da Cláusula

só pode se dar após a conclusão do PG23. “Entende-se não ser possível dissociar a Cláusula 160 das Cláusulas 151 e 159, quanto a premissa de monitorar as obras realizadas e reparar os pontos falhos até atingir estabilidade e integração com o ambiente do entorno” (Ofício FEAM/CT-GRSA nº.6/2023). A Deliberação CIF 619 de 10 de novembro de 2022 estabelece diretrizes para a manutenção das ações de bioengenharia e controle de erosão dos trechos 1 a 11 dos planos de manejo de rejeitos e PGs 23 e 25. Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, avaliou que a CT tem respaldo para continuar cobrando a manutenção dos monitoramentos e parabenizou a equipe. Thais Cristina Pereira Da Silva, representante da Fundação Renova agradeceu a operação Watu, e mencionou que o baixo engajamento dos proprietários rurais, os quais não possuem adesão aos programas reparatórios, é enfrentado com mecanismo do PG17, que trabalha esse engajamento e educação ambiental desses produtores. Considerou importante a aproximação dos órgãos ambientais para enfrentar essa questão, que é também cultural. Quanto aos 18 pontos vistoriados dos processos erosivos, informou que a Fundação Renova tem mecanismos de manutenção anual, após varreduras para localizar e mitigar os processos erosivos. Cita a Deliberação 613 que regulariza a os processos de restauração florestal e cercamento, de forma que possuem cronograma estabelecido na CT FLOR a ser seguido. Gabriel Correa, representante da Fundação Renova, citou as fases mencionadas, na apresentação e no Ofício FEAM/CT-GRSA nº.6/2023 e apontou o que chamou de equívoco conceitual: a fase de implantação é de fato a fase de manutenção. Considerou que a Cláusula 160 do TTAC trata da implantação e define prazos para o encerramento dessa fase, até dezembro de 2017, passando depois para a fase de manutenção e em seguida para a restauração florestal, prevista na Cláusula 159. Citou que trabalham no engajamento e sensibilização dos produtores, através da EMATER e ATER e desde 2019 já fez mais de 22.500 horas de ATER junto aos proprietários, mas não tem sido suficiente nem efetivo. Sérgio Ferreira Lima, representante da Fundação Renova, reforça a invasão de animais apesar do histórico de comunicados com os envolvidos na temática do PG25. Pergunta como a CT observa a questão da Cláusula 160, com previsão de conclusão em dezembro de 2017, da qual possuem evidências de cumprimento, e que após isso, o trabalho é de manutenção. Considerou que a manutenção é ação posterior à implantação. A Cláusula 158 teve seu trabalho de manutenção acompanhado pela Cláusula 159, que vai perdurar, conforme definição aprovada do PG25, acompanhado pela CT Flor, com interface da manutenção com o PG23. O caput da Cláusula 160 remete ao PG23 – acompanhamento dos manejos de rejeitos. Sugeriu retomar essa discussão sobre a Cláusula 160 em função do entendimento da Fundação Renova de que já foi concluída. Gilberto Fialho, representante da FEAM, fez leitura das Cláusulas do TTAC e questionou a possibilidade de finalização da Cláusula 160 e continuidade da 151. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, considerou que quando é abordado no TTAC realizar o manejo de rejeitos nos termos da cláusula 151 remete-se ao programa 23 e a toda condição de gerenciamento, análise, estudos e monitoramento no âmbito dos planos de manejo de rejeitos. Apontou que a obrigação do parágrafo único está remetendo a realizar o manejo de rejeitos e, pontuou que está sendo tudo realizado conforme esses critérios descritos no programa 23 com exceção dos trechos 12 e 5, todos os outros trechos, a montante de candonga, já foram aprovados pela CT Rejeitos e CIF. Reforçou o entendimento de que se fará acompanhamento no âmbito dos planos de manejo de rejeitos, o que não impede interpretar a conclusão da 160. Acrescentou que a Cláusula 158 já foi encerrada junto ao CIF. Foi recomendado que a manutenção fique na Cláusula 159, conforme planejamento do PG25. Gabriel Correa Kruschewsky, representante da Fundação Renova, acrescentou que a Deliberação 502 de 2021 aprova o encerramento da Cláusula 158 e mantém a premissa de monitoramento e manutenção da área, que deverá ser continuado no âmbito da Cláusula 159. Gilberto Fialho, representante da FEAM considerou que a etapa de implantação foi finalizada, mas não considerou possível finalizar a Cláusula 160 individualmente, pois, a regularização de calhas e margens, o controle de processos erosivos não está fechado e os planos de manejo estão em andamento. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova sugeriu separar execução de manutenção, que é continuada e perdurará por mais tempo dentro do PG25. Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, ressalta que a CT já se posicionou em conjunto com a CT Flor e não há entendimento de que tenha de alterar o posicionamento explicitado no Ofício FEAM/CT-GRSA nº 6/2023 e solicita que seja seguido até segunda ordem.

4. Follow up do cronograma e ações desenvolvidas no âmbito do programa PG23. (Atendimento ao Encaminhamento 57.1). (item 3 da pauta)

Pauta	Discussão
<p>Apresentação:</p>	<p>Júlia Novaes Costa Lima, representante da Fundação Renova, apresentou o status e cronograma das atividades dos Projetos do Programa 23. Gilberto Fialho, representante da FEAM, perguntou qual é o status de elaboração da taxonomia do PG 23. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, informou que estão considerando fazer a taxonomia para os programas com definição aprovada no sistema CIF. Parte do PG 23 sofreu atualizações, nas quais não foram incluídos os indicadores, resultados e orçamento do programa. Os indicadores estão em acompanhamento no âmbito do eixo 1 – judicializado, de forma que não se consegue fechar a taxonomia do programa, pois, ela faz o link entre o escopo e indicadores. Propôs retomar a discussão sobre a definição do escopo do PG23. Gilberto Fialho, representante da FEAM, menciona que os indicadores já foram propostos pela CT, mas a Fundação Renova não os aceitou. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, menciona divergências técnicas, que se superadas, abrem as possibilidades de discutir a definição do programa. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, avaliou que as perspectivas da CT e da Fundação Renova são diferentes, mas informa que a discussão dos indicadores na judicialização está avançada. Considerou necessário fazer mais diálogos, mais aproximação em discussões conjuntas para sanar os dissensos. Propôs reunião gerencial para promover esclarecimentos e dirimir os dissensos. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, propôs retomar a revisão conjunta do documento. Thales Altoé, coordenador da CT-GRSA, agradeceu a apresentação do fluxo de documentos protocolados em juízo, enviados também à CT. Considerou que os indicadores do PG 23 foram intensamente discutidos, propostos e consolidados pela CT e a Fundação Renova tem indicadores diferentes. Considerou a judicialização e a dificuldade de haver maior amadurecimento dessa discussão pela CT, portanto, não acha pertinente retomar a discussão dessa temática neste momento. Sérgio Lima, representante da Fundação Renova, propôs avançar no que tem consenso. Avaliou que a retomada da discussão sobre a definição pode dar força para superar os dissensos. Ressaltou a importância de se ter o documento com a delimitação do escopo do Programa. Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, propôs deixar a discussão como perspectiva. Gilberto Fialho, representante da FEAM, sugeriu alinhamento. Considerou que os dissensos estão mais voltados para os indicadores, apresentados com nome, metas e gatilhos sobre os quais não cabe mais discussão. Os dissensos em relação a alguns indicadores poderiam ser revistos, tais como o indicador de turbidez, que precisa ser inserido, o indicador que atesta efetividade de recuperação das lagoas, que precisa ser apresentado, e o indicador de concentração de sedimentos. Considerou que são pontos fáceis de solucionar. O documento de indicador ainda não foi apresentado. Perguntou se a Fundação Renova indica alguma proposição para esses três indicadores. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, sugeriu agendar reunião gerencial para retomar a discussão sobre os indicadores. Gilberto Fialho, representante da FEAM mobilizará os participantes para tratar apenas dos três indicadores costeiros e de lagoas. Thales Altoé fará avaliação interna de possível reunião gerencial a respeito dos indicadores costeiros, de lagoa, e de turbidez. Emilia Brito (IEMA) alertou sobre o longo período de discussão de indicadores e o prazo judicial, até final de abril, para reportar o posicionamento técnico. Acrescentou que a Fundação Renova costuma ignorar os posicionamentos técnicos dos órgãos e entrega documentos divergentes das indicações. Thales Altoé, coordenador da CT GRSA, registra que a CT sempre esteve aberta ao diálogo, mas ponderou que se houver reunião, será feita após o prazo de posicionamento jurídico.</p>

4. Follow up das tratativas relacionadas ao manejo de rejeitos do reservatório da UHE Risoleta Neves (Candonga).

- 1. Apresentação do cronograma aprovado e executado até o momento;**
- 2. Apresentação dos volumes dragados (gráficos, valores mensais, valores totais, área dragada);**
- 3. Demais informações e tratativas sobre o trecho 12 do PMR;**

4. outras atualizações pertinentes;

Pauta	Discussão
<p>Apresentação</p>	<p>A sra. Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro, representante da Samarco, relatou que esta pauta tem sido tratada há duas Reuniões Ordinárias, então hoje será apresentado o cronograma, o volume dragado e outras atualizações. Convidou o sr. Gustavo Augusto De Almeida Castro, representante da Samarco, para fazer a apresentação. Gustavo Castro informou dados de remoção de sedimentos colocados temporariamente ou alocados em bacias de forma definitiva. Acrescento que atividades de movimento de massa no setor 11 foram realizadas desde março de 2023 com previsão de encerramento em setembro de 2023. Relatou que o volume de sedimentos removidos até o momento é de 458.731 m³. O volume total a ser removido é de 622.513 m³. Alertou que os números podem variar em virtude da maturidade da engenharia. Ressaltou que o volume de sedimentos removidos é dimensionado como suficiente para restabelecer as condições operacionais da UHE, conforme premissas da LOC 1496/2020. O volume total previsto para disposição no setor 4 e região do UHE é de 803.000 m³. Está em estudo 180.000 m³, volume em análise de revisão e estudo da estabilidade. Relatou que trabalham para implantação, manutenção e descaracterização das estruturas. Informou que uma das turbinas da UHE entrou em operação no início de abril e previu que até o final de maio outras duas unidades geradoras entrem em operação. Gilberto Fialho, representante da FEAM, perguntou sobre a previsão de apresentação dos estudos e qual estudo está previsto para o trecho 12. Relatou que a Deliberação 630 cria um GT e estipula sua composição, excluindo representantes de empresas e da Fundação Renova. Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro, representante da Samarco, considerou compreensível a composição dos GTs e se colocou à disposição para o fornecimento de dados sobre Candonga. Acrescentou que o trabalho é feito no atendimento das condicionantes da LOC e alguns estudos estão em andamento, mas ainda de forma prematura. Informou que estão em andamento estudos sobre o licenciamento e dados de condicionantes, especialmente sobre a condicionante seis (6). O prazo para entrega de algum material é até o início do mês de junho de 2023. A condicionante seis (6) prevê escopo metodológico para avaliação do comportamento hidrogelquímico dos sedimentos. Será informado posteriormente se a LOC prevê outras condicionantes. Acrescentou que o plano de trabalho já foi protocolado, mas a Samarco ainda não recebeu retorno quanto à aprovação ou comentários e que em momento oportuno devem realizar apresentação do material e do Plano de trabalho para o GT, que é composto por representantes de diversas Câmaras, para coleta de contribuições técnicas. José Maurício Pereira, atingido de rio Doce, perguntou se é propósito da Samarco descomissionar o setor 6, atendendo o compromisso firmado junto à PU SEMAD, e se a qualidade da água retida próximo ao barramento tem o mesmo índice de turbidez após a passagem pelas AUGs, sabendo que a tomada de água está na cota 308, aproximadamente a 20 metros abaixo do espelho d'água. Marcelo Mol Pereira, representante da Samarco, informou que o setor 6 não tem descomissionamento previsto. Acrescentou que buscará informações mais precisas sobre a turbidez junto aos representantes do monitoramento do meio ambiente para trazer. Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro, representante da Samarco, relatou que o setor 6 já foi descaracterizado e que Pablo já esteve na CT falando sobre a turbidez durante o período de remoção. Sugeriu colocar como encaminhamento para a próxima reunião.</p>
<p>Encaminhamento E67.02</p>	<p>A Samarco apresentará informações sobre o descomissionamento do setor 6 e sobre a turbidez e a qualidade da água retida próximo ao barramento da UHE. Prazo: Próxima RO</p>

5. Follow up das entregas, realizadas e serem realizadas, no âmbito da ACP (Processo judicial 0069758-61.2015.4.01.3400), correlacionados a CT-GRSA:

1. Apresentar as últimas e as próximas entregas;
2. Apresentar os desdobramentos dos itens correlacionados a CT-GRSA;
3. Apresentar o status das ações realizadas pela Fundação Renova em atendimento às solicitações dos itens e seus desdobramentos.

Pauta	Discussão
Apresentação:	Júlia Novaes, representante da Fundação Renova, informou que não houve atualização desde a última RO.
Encaminhamento E67.03	A coordenação da CT GRSA fará avaliação interna sobre a possibilidade de realizar reunião gerencial a respeito dos indicadores costeiros, de lagoa e de turbidez.

Às 12 horas e 26 minutos, do dia 11 de abril de 2023, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da Câmara Técnica Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental - CT-GRSA, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Ata aprovada em 08/08/2023 durante a 70ª Reunião Ordinária da CT-GRSA.



Thales Del Puppo Altoé

**IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Coordenador da CT-GRSA**